I — O Exmo. Sr. Governador enviou à Assembléa Legislativa, com a Mensagem n. 213-49, um projeto de lei dispondo sobre a criação, na Tabela II da Parte Permanente do Quadro da Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social, de um cargo de Chefe Secção, "padrão "P".

Estabelece ainda a proposição que o cargo de cuja criação se cuida será provido, em caráter efetivo, pelo funcionário que atualmente desempenha as funções de Chefe de Secção Administrativa, da Subdivisão Técnico — Administrativa do Instituto Adolfo Lutz, do Departamento de Saúde, criada pelo Decreto-lei n. 11.522, de 26-10-40"; e que com o provimento desse funcionário no cargo de Chefe de Secção, "ficará extinto 1 (um) cargo de Oficial Administrativo, classe "L", da Tabela III da Parte Permanente do Quadro da Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social."

Nos termos do art. 3.º do projeto, o acréscimo de despesa com a execução da medida proposta correrá à conta da verba n. 230, item 019, Alterações do Quadro, do orçamento.

II — Foi a proposição assim justificada, na aludida mensagem:

"Esta medida tem como objetivo principal corrigir um lapso havido no Decreto-lei n. 11.522, de 26-10-40 que, dando organização ao Instituto "Adolfo Lutz", haquela unidade administrativa, deixou de criar o cargo de Chefe de Secção destinado à Secção Administrativa, da Subdivisão Técnico Administrativa, do referido órgão. As atribuições atinentes a aludida chefia, desde aquela época, vem sendo desempenhadas por um Oficial Administrativo, classe "L", cuja efetivação no cargo a ser criado está prevista no projeto, como providência que atende às exigências do serviço daquela participação."

III — A matéria é de natureza legislativa.

Segundo entendemos, porem, não obstante ter sido o projeto remetido à Assembléa pelo Governador, deve ser da mesma excluído o parágrafo único do art. 1.º, porque em face do art. 43, letra "g", da Constituição Paulista, compete exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo prover os cargos civis e militares, ressalvadas apenas as restrições expressas na própria Constituição.

Não deve, porisso, figurar em lei o provimento em cargo público de determinada pessoa, o que seria interferência do Legislativo em matéria de competência do Executivo. Se a intenção do Governador é nomear Chefe de Secção o funcionário que atualmente exerce as atribuições de Chefe de Secção Administrativa da Subdivisão Técnico — Administrativa do Instituto Adolfo Lutz, poderá fazê-lo mesmo sem o disposto no citado parágrafo.

Em consequência, deverá ser também suprimido o art. 2.º do projeto; no caso de vagar-se o cargo de Oficial Administrativo (inicial da carreira), com o aproveitamento do respectivo titular no cargo criado, então o Governador encaminhará à Assembléa projeto de lei extinguindo-o.

Nesse caso, deverá ser alterado o art. 3.º.

IV — Se forem levadas em consideração as observações retro, ao projeto de lei n. 1.109-49 deverá ser apresentado o seguinte substitutivo.

"Art. 1.º — Fica criado, na Tabela II da Parte Permanente do Quadro da Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social, 1 (um) cargo de Chefe de Secção, padrão "P".

"Art. 2.º — A despesa, com a execução da presente lei, correrá a conta da verba n. 230 — 8.47.0 — Pessoal Fixo, do orçamento.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

A lotação do cargo no Instituto Adolfo Lutz será feita por decreto do Governador.

V — Sobre o assunto deverá ser ouvida a Comissão de Finanças e Orçamento.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 1949.

a) Lincoln Feliciano — Relator.

Aprovado o parecer do rel. dep. Lincoln Feliciano.

25-11-49

(aa) Lincoln Feliciano — Presidente — Alcides Cyrillo Pinheiro Junior — Salles Filho — Cassio Ciampolini — Souza Aranha.

PARECER N. 2.861, DE 1949, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SOBRE O PROJETO DE LEI N. 1.109, DE 1949

I — O Exmo. Sr. Governador enviou à Assembléa Legislativa, com a Mensagem n. 213-49, um projeto de lei dispondo sobre a criação, na Tabela II da Parte Permanente do Quadro da Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social, de um cargo de Chefe Secção, "padrão "P".

Estabelece ainda a proposição que o cargo de cuja criação se cuida será provido, em caráter efetivo, pelo funcionário que atualmente desempenha as funções de Chefe de Secção Administrativa, da Subdivisão Técnico — Administrativa do Instituto Adolfo Lutz, do Departamento de Saúde, criada pelo Decreto-lei n. 11.522, de 26-10-40"; e que com o provimento desse funcionário no cargo de Chefe de Secção, "ficará extinto 1 (um) cargo de Oficial Administrativo, classe "L", da Tabela III da Parte Permanente do Quadro da Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social."

Nos termos do art. 3.º do projeto, o acréscimo de despesa com a execução da medida proposta correrá à conta da verba n. 280, item 019, Alterações do Quadro, do orçamento.

II — Foi a proposição assim justificada, na aludida mensagem:

"Esta medida tem como objetivo principal corrigir um lapso havido no Decreto-lei n. 11.522, de 26-10-40 que, dando organização ao Instituto "Adolfo Lutz", naquela unidade administrativa, deixou de criar o cargo de Chefe de Secção destinado à Secção Administrativa, da Subdivisão Técnico Administrativa, do referido órgão. As atribuições atinentes a aludida chefia, desde aquela época, vem sendo desempenhadas por um Oficial Administrativo, classe "L", cuja efetivação no cargo a ser criado está prevista no projeto, como providência que atende às exigências do serviço daquela participação."

III — A matéria é de natureza legislativa.

Segundo entendemos, porém, não obstante ter sido o projeto remetido à Assembléa pelo Governador, deve ser da mesma excluído o parágrafo único do art. 1.º, porque em face do art. 43, letra "g", da Constituição Paulista, compete exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo prover os cargos civis e militares, ressalvadas apenas as restrições expressas na própria Constituição.

Não deve, por isso, figurar em lei o provimento em cargo público de determinada pessoa, o que seria interferência do Legislativo em matéria de competência do Executivo. Se a intenção do Governador é nomear Chefe de Secção o funcionário que atualmente exerce as atribuições de Chefe de Secção Administrativa da Subdivisão Técnico — Administrativa do Instituto Adolfo Lutz, poderá fazê-lo mesmo sem o disposto no citado parágrafo.

Em consequência, deverá ser também suprimido o art. 2.º do projeto; no caso de vagar-se o cargo de Oficial Administrativo (inicial da carreira), com o aproveitamento do respectivo titular no cargo criado, então o Governador encaminhará à Assembléa projeto de lei extinguindo-o.

Nesse caso, deverá ser alterado o art. 3.º.

IV — Se forem levadas em consideração as observações retro, ao projeto de lei n. 1109-49 deverá ser apresentado o seguinte substitutivo.

"Art. 1.º — Fica criado, na Tabela II da Parte Permanente do Quadro da Secretaria da Saúde Pública e da Assistência Social, 1 (um) cargo de Chefe de Secção, padrão "P".

"Art. 2.º — A despesa, com a execução da presente lei, correrá a conta da verba n. 280 — 8.47.0 — Pessoal Fixo, do orçamento.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário."

A lotação do cargo no Instituto Adolfo Lutz será feita por decreto do Governador.

V — Sobre o assunto deverá ser ouvida a Comissão de Finanças e Orçamento.

Sala das Comissões, 25 de novembro de 1949.

a) Lincoln Feliciano — Relator.

Aprovado o parecer do rel. dep. Lincoln Feliciano.

25-11-49

(aa) Lincoln Feliciano — Presidente — Alcides Cyrille Pinheiro Junior — Salles Filho — Cassio Ciampolini — Souza Aranha.

Quinta-feira, 1 de Dezembro de 1949